

Cleyson de Moraes Mello

Professor Adjunto da UERJ

Professor do PPGD da UERJ

Diretor Adjunto da Faculdade de Direito de Valença

Professor Titular da Unesa e FDV

Membro do Instituto dos Advogados do Brasil – IAB

Direito Civil

O B R I G A Ç Õ E S

2ª Edição



Freitas Bastos Editora

Copyright © 2017 by Cleyson de Moraes Mello

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios,
bem como a produção de apostilas, sem autorização prévia,
por escrito, da Editora.

Direitos exclusivos da edição e distribuição em língua portuguesa:

Maria Augusta Delgado Livraria, Distribuidora e Editora

Editor: *Isaac D. Abulafia*

Revisão: *Madalena Moisés*

Capa e Diagramação: *Jair Domingos de Sousa*

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO
NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M477c

Mello, Cleyson de Moraes

Direito civil : obrigações/ Cleyson de Moraes Mello. – 2. ed. –

Rio de Janeiro : Freitas Bastos Editora, 2017.

425 p. ; 23cm.

ISBN - 978-85-7987-279-2

1. Obrigações (Direito) – Brasil. – Sínteses, compêndios, etc. I. Título.

CDD- 346.8102



Freitas Bastos Editora

Tel./Fax: (21) 2276-4500
freitasbastos@freitasbastos.com
vendas@freitasbastos.com
www. freitasbastos.com

SUMÁRIO

Prefácio – 2ª edição	XV
Prefácio – 1ª edição	XVII
Apresentação	XIX

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	----------

Capítulo 1 – Relação Jurídica	27
1.1. Conceito.....	27
1.2. Elementos da Relação Jurídica.....	27
1.3. Sujeitos da Relação Jurídica	28
1.4. Vínculo de Atributividade	28
1.5. Objeto da Relação Jurídica	28
1.6. Relação Jurídica Simples e Plurilateral	29
1.7. Relação Jurídica Relativa e Absoluta	29
1.8. Relação Jurídica de Direito Público e de Direito Privado.....	29

Capítulo 2 – Os Direitos Subjetivos.....	30
2.1. Conceito.....	30
2.2. Classificação	31
2.2.1. Direitos absolutos e direitos relativos.....	31
2.2.2. Direitos patrimoniais e direitos não patrimoniais	32
2.2.3. Direitos reais e direitos obrigacionais (direitos pessoais, direitos de crédito)	32
2.3. Direito Potestativo	32
2.3.1. Conceito	32
2.3.2. Classificação.....	32
2.3.3. Diferenças com o direito subjetivo	33
2.4. Faculdade Jurídica	33
2.5. Dever Jurídico	33

Capítulo 3 – Direito Civil Constitucional.....	34
3.1. Conceito e Importância	34
3.2. A Concepção dos Direitos Fundamentais na Constituição de 1988....	36
3.3. Diferença entre Direitos Fundamentais e Direitos Humanos	37
3.4. As Dimensões dos Direitos Fundamentais.....	38

3.5. Direitos fundamentais no Âmbito das Relações entre Particulares	40
3.6. A Eficácia dos Direitos Fundamentais	45
3.7. A Importância do Direito Civil Constitucional	48
3.8. Um Novo <i>Locus</i> Hermenêutico e a Nova Metodica do Direito Civil	52
3.8.1. O círculo hermenêutico e a questão dos preconceitos.....	55
3.8.2. A questão da pertença	56
3.8.3 O tempo em sua produtividade hermenêutica	57
3.8.4 A questão da história efetual e situação hermenêutica	57
3.8.5 A importância de ter horizontes. a fusão de horizontes	58
3.8.6 A hermenêutica como aplicação	60
Capítulo 4 – Introdução ao Direito das Obrigações.....	61
4.1. Conceito.....	61
4.2. Elementos da Relação Jurídica Obrigacional	64
4.2.1. Elemento subjetivo.....	64
4.2.2. Elemento objetivo	65
4.2.3. Elemento abstrato. Vínculo jurídico obrigacional	67
4.3. A Natureza Jurídica da Relação Jurídica Obrigacional e os Novos Paradigmas	70
4.4. Relações Obrigacionais Simples (Unas) e Complexas (Múltiplas).....	72
4.5. Distinção entre Direito Real e Direito Obrigacional (Direitos de Crédito).....	73
4.6 Fontes da Obrigação Jurídica.....	76
4.7. Obrigação Natural (obrigação imperfeita).....	77
4.8. Obrigações <i>Propter Rem</i> (Obrigações Ambulatórias)	79
4.9. Ônus Reais.....	85
4.10. Obrigações com Eficácia Real	85
Capítulo 5 – Obrigações de Dar Coisa Certa.....	86
5.1. Introdução	86
5.2. Obrigações de Dar Coisa Certa.....	87
5.2.1. Perecimento (perda) da coisa sem culpa e com culpa do devedor	87
5.2.2. Deteriorização da coisa sem culpa e com culpa do devedor	88
5.2.3 Melhoramentos e acréscidos da coisa.....	89
5.3. Obrigações de Restituir	91
5.3.1. Perecimento (perda) da coisa sem culpa e com culpa do devedor	92
5.3.2. Deteriorização da coisa sem culpa e com culpa do devedor	92
5.3.3. Melhoramentos e acréscidos da coisa.....	93
5.4 Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa	94

5.5 Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa	94
5.6. Execução para a Entrega de Coisa Certa	95
5.7. Quadro Sinóptico	95
5.8 Jurisprudência	97
Capítulo 6 – Obrigações de Dar Coisa Incerta	98
6.1. Conceito	98
6.2. Escolha e Concentração	98
6.3. Gênero Ilimitado e Limitado	99
6.4. Direito Comparado	100
6.5. Jurisprudência	101
6.6 Execução para Entrega de Coisa Incerta	102
Capítulo 7 – Obrigações de Fazer	103
7.1. Conceito	103
7.2. Distinção entre Obrigação de Dar e Obrigação de Fazer	103
7.3. Classificação das Obrigações de Fazer	103
7.4. Consequências do Inadimplemento das Obrigações de Fazer	104
7.4.1. Obrigações infungíveis	104
7.4.2. Obrigações fungíveis	106
7.5. Antecipação da Tutela Específica	106
7.6. Execução das Obrigações de Fazer	110
7.7. Quadro Sinóptico	111
7.8. Jurisprudência	111
Capítulo 8 – Obrigações de Não Fazer	114
8.1. Conceito	114
8.2. Inadimplemento	114
8.3. Quadro Sinóptico	115
8.4 Execução das Obrigações de Não Fazer	115
8.5. Jurisprudência	115
Capítulo 9 – Obrigações Alternativas	117
9.1. Introdução	117
9.1.1. Diferença entre obrigações cumulativas (conjuntivas), obrigações alternativas e obrigações facultativas	117
9.2. Direito de Escolha	118
9.3. Impossibilidade ou Inexequibilidade de Cumprimento de uma das Prestações	120
9.4. Obrigação Facultativa	122
9.5. Quadro Sinóptico	124
9.6. Direito Comparado	124

Capítulo 10 – Outras Modalidades Obrigacionais	126
10.1. Obrigações Condicionais	126
10.2. Obrigações a Termo	127
10.3. Obrigações Modais ou com Encargo	127
10.4. Obrigações Genéricas e Específicas.....	128
10.5. Obrigações de Meio e de Resultado	128
10.6. Obrigações de Garantia	129
Capítulo 11 – Obrigações Divisíveis e Indivisíveis	131
11.1. Conceito de obrigações divisíveis e indivisíveis	131
11.2. Espécies de indivisibilidade.....	133
11.3. A indivisibilidade com pluralidade de devedores	134
11.4. A indivisibilidade com pluralidade de credores.....	135
11.5. A indivisibilidade com pluralidade de credores nos casos de remissão, transação, novação, compensação ou confusão	138
11.6. Perda da indivisibilidade	140
11.7. Jurisprudência	141
11.8. Direito Comparado	142
Capítulo 12 – Obrigações Solidárias	143
12.1. Noção e Características.....	143
12.2. Diferenças entre Obrigação Solidária e Obrigação Indivisível	145
12.3. Elementos Acidentais e Lugar do Pagamento	150
12.4. Da Solidariedade Ativa	151
12.4.1. Conceito e características.....	151
12.4.2. Falecimento de um dos credores solidários	155
12.4.3. Perdas e danos	156
12.4.4. Remissão e recebimento do pagamento.....	156
12.4.5. Exceções pessoais (meios de defesa)	157
12.4.6. Efeitos da coisa julgada	158
12.5. Da Solidariedade Passiva	159
12.5.1. Conceito e características.....	159
12.5.2. Falecimento de um dos devedores solidários	162
12.5.3. Consequências do pagamento parcial e da remissão.....	163
12.5.4. Cláusula, condição ou obrigação adicional.....	165
12.5.5. Impossibilidade da prestação por culpa de um dos devedores.....	165
12.5.6. Juros de mora.....	165
12.5.7. Meios de defesa	167
12.5.8. Renúncia da solidariedade em favor de um ou mais dos devedores.....	168

12.5.9. Relação interna entre os codevedores. Insolvência do devedor	170
12.5.10. Rateio entre os codevedores	172
12.5.11. Interesse exclusivo da dívida a um dos devedores	173
12.5.12. Quadro sinóptico	174
12.5.13. Direito comparado	175
12.5.14. Jurisprudência	176
12.5.15. Jurisprudência comparada	179
Capítulo 13 – Cessão de Créditos	181
13.1. Conceito	181
13.2. Cessão de Crédito e Pagamento com Sub-Rogação	181
13.3. Cedibilidade e Incedibilidade dos Créditos	182
13.4. Espécies de Cessão	183
13.5. A Eficácia da Cessão em Relação a Terceiros	184
13.6. A eficácia da Cessão do Crédito em Relação ao Devedor	184
13.7. Multiplicidade de Cessões	186
13.8. Atos Conservatórios do Cessionário e Exceções Opostas pelo Devedor	186
13.9. Responsabilidade do Cedente	187
13.10. Indisponibilidade do Crédito Penhorado	189
13.11. Direito Comparado	190
Capítulo 14 – Assunção de Dívida	192
14.1. Conceito e caracteres	192
14.2. Espécies	193
14.2.1. Assunção de dívida liberatória e assunção de dívida cumulativa	193
14.2.2. Assunção unifigurativa de dívida e assunção bifigurativa de dívida	194
14.3. Garantias Especiais Dadas pelo Devedor Originário	195
14.4. Efeitos da Anulação do Contrato de Transmissão de Dívida	195
14.5. Exceções Pessoais do Devedor Originário	195
14.6. Imóvel Hipotecado – Pagamento do Crédito Garantido	195
14.7. Direito Comparado	196
14.8. Jurisprudência Comparada	197
Capítulo 15 – Cessão dos Contratos	200
15.1. Conceito	200
15.2. Requisitos	201
15.3. Espécies de Cessão de Contrato	202
15.3.1. Cessão do contrato com liberação do cedente	202
15.3.2. Cessão do contrato sem liberação do cedente	202

15.3.3. Cessão do contrato mediante endosso	202
15.4. Efeitos.....	202
15.4.1. Efeitos entre o cedente e o cessionário	203
15.4.2. Efeitos entre o cedente e o cedido	203
15.4.3. Efeitos entre o cessionário e o cedido	203

EFEITOS DAS OBRIGAÇÕES DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

Capítulo 16 – Pagamento.....	204
16.1. Conceito e Espécies.....	204
16.2. Natureza Jurídica	207
16.3. Requisitos de Eficácia do Pagamento.....	209
16.4. Quem Deve Pagar.....	210
16.5. A Quem Deve Pagar	213
16.5.1. Pagamento efetuado ao credor ou ao seu representante ...	213
16.5.2. Pagamento efetuado ao credor putativo	215
16.5.3. Pagamento efetuado ao credor incapaz.....	216
16.5.4. Pagamento efetuado ao credor, apesar de intimado da penhora sobre o crédito	216
16.6. Objeto do Pagamento	217
16.6.1. Pagamento em dinheiro	219
16.6.2. Prestações sucessivas e cláusula de escala móvel	219
16.6.3. Pagamento em ouro ou moeda estrangeira	220
16.6.4. Revisão judicial das prestações em virtude de desequilíbrio nas prestações.....	222
16.6.4.1. Diferença entre o artigo 317 e o artigo 478, ambos do CC-2002.....	222
16.6.4.2 Quadro comparativo	222
16.7. Prova do Pagamento	226
16.7.1. Quitação.....	226
16.7.2. Presunções de pagamento	227
16.8. Lugar do Pagamento	229
16.9. Tempo do Pagamento	232
16.9.1. <i>Supressio e surrectio</i>	232
16.9.2. Vencimento da prestação	236
16.9.3. Exigibilidade do pagamento nas obrigações condicionais ..	237
16.9.3.1. Condições suspensivas e condições resolutivas ...	238
16.9.4. Causas que justificam o vencimento antecipado	240
Capítulo 17 – Pagamento por Consignação	242
17.1. Do Pagamento Indireto	242

17.2. Conceito de Pagamento em Consignação	242
17.3. Objeto da Consignação	245
17.4. Hipóteses e Pressupostos de Pagamento em Consignação.....	247
17.5. Levantamento do Depósito	251
17.6. Efeitos do Pagamento de Obrigação Litigiosa	254
17.7. Direito Comparado	254
Capítulo 18 – Do Pagamento com Sub-Rogação	256
18.1. Conceito	256
18.2. Cessão de Crédito e Pagamento com Sub-Rogação	256
18.3. Espécies de Sub-Rogação	256
18.3.1. Sub-rogação legal.....	257
18.3.2. Sub-rogação convencional	259
18.4. Efeitos da Sub-Rogação	260
18.5. Sub-Rogação Parcial. Preferência do Credor Originário	262
18.6. Direito Comparado	262
Capítulo 19 – Da Imputação do Pagamento.....	264
19.1. Conceito	264
19.2. Elementos ou Requisitos da Imputação ao Pagamento (Cumprimento)	265
19.3. Espécies de Imputação.....	265
19.3.1. Imputação realizada pelo devedor.....	265
19.3.2. Imputação realizada pelo credor	265
19.3.3. Imputação legal	266
Capítulo 20 – Da Dação em Pagamento	268
20.1. Conceito	268
20.2. Natureza Jurídica da Dação em Pagamento	269
20.3. Dação em Pagamento Total e Parcial	270
20.4. Dação em Função do Cumprimento (Datio pro Solvendo).....	270
20.5. Dação em Títulos de Crédito	270
20.6. Direito Comparado	271
20.7. Jurisprudência	271
Capítulo 21 – Da Novação	273
21.1. Conceito	273
21.2. Requisitos.....	274
21.3. Espécies	275
21.4. Expromissão e Delegação	276
21.5. Efeitos da Novação.....	277
21.6. Novação e Recuperação Judicial (Lei nº 11.101/2005)	283
21.7. Direito Comparado	288
21.8. Jurisprudência	288

Capítulo 22 – Da Compensação	290
22.1. Conceito	290
22.2. Natureza Jurídica	291
22.3. Espécies	291
22.4. Requisitos.....	292
22.5. Formas de Compensação	294
22.6. Dívidas Incompensáveis	294
22.7. Compensação de Créditos Fiscais	297
22.8. Compensação e Cessão de Créditos	298
22.9. Compensação de Dívidas com Pagamento em Locais Diversos.....	298
22.10. Compensação e Imputação do Pagamento	298
22.11. Compensação e Prazos de Favor	299
22.12. Direito Comparado	299
Capítulo 23 – Da Confusão	301
23.1. Conceito	301
23.2. Espécies	302
23.3. Confusão na Obrigação Solidária.....	302
23.4. Extinção da Confusão	303
23.5. Direito Comparado	304
Capítulo 24 – Da Remissão das Dívidas	303
24.1. Conceito e Natureza Jurídica	306
24.2. Requisitos e Espécies da Remissão	308
24.3. Remissão Tácita. Devolução do Título.....	309
24.4. Renúncia à Garantia Real	309
24.5. Remissão na Solidariedade Passiva.....	309
24.6. Direito Comparado	311
24.7. Quadro Sinóptico: Efeitos das Obrigações	312

DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Capítulo 25 – Disposições Gerais	315
25.1. Inadimplemento	315
25.2. Espécies de Inadimplemento.....	318
25.3. Inadimplemento Absoluto.....	318
25.4. O Inadimplemento Culposo	319
25.5. Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva	321
25.6. Responsabilidade Civil Contratual e Extracontratual.....	323
25.7. Inadimplemento nas Obrigações Negativas.....	324
25.8. Responsabilidade Patrimonial	324
25.9. Contratos Benéficos e Onerosos	327
25.10. Caso Fortuito ou Força Maior. Exclusão da Responsabilidade.....	329

25.11. Inadimplemento e a Dignidade da Pessoa Humana	330
25.12. Alienação Fiduciária	331
25.13. Equiparação do Devedor Fiduciante ao Depositário	334
25.13.1 Ação de busca e apreensão com pedido liminar	334
25.13.2 Prisão civil do depositário infiel	338
Capítulo 26 – Da Mora	342
26.1. Conceito	342
26.2. Mora e Inadimplemento Absoluto	342
26.3. Requisitos	343
26.4. Espécies de Mora	344
26.4.1. Mora do devedor	344
26.4.1.1. Espécies de mora do devedor	344
26.4.1.2. Efeitos da mora do devedor	345
26.4.2. Mora do credor	347
26.4.2.1. Requisitos da mora do credor	348
26.4.2.2. Efeitos da mora do credor	348
26.4.3. Mora simultânea e mora sucessiva	349
26.5. Purgação da Mora	349
26.6 Purga da Mora – Alienação Fiduciária	350
26.7. Direito Comparado	353
Capítulo 27 – Das Perdas e Danos	355
27.1. Conceito	354
27.2. Dano Moral	354
27.3. Dano Emergente, Lucro Cessante e Perda de uma Chance	360
27.4. Da Extensão da Indenização	361
27.5. Obrigações de Pagamento em Dinheiro. Indenização	361
Capítulo 28 – Dos Juros Legais	364
28.1. Conceito e Espécies	364
28.2. Taxa de Juros	364
28.2.1. Taxa Selic	365
28.2.2. Art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional	366
28.3. Exigibilidade dos Juros Moratórios	367
28.4. Súmulas	368
28.5. Juros Legais – Cheque	369
27.6. Direito Comparado	371
Capítulo 29 – Da Cláusula Penal	372
29.1. Conceito e Natureza Jurídica	372
29.2. Espécies	373
29.3. Distinção da Cláusula Penal e Arras	374
29.4. Distinção da Cláusula Penal e Astreintes	374

29.5. Cumulação da Cláusula Penal Moratória com o Cumprimento da Obrigação Principal	374
29.6. Cláusula Penal. Limite do seu Valor	375
29.7. Cláusula Penal. Valor. Redução Judicial	375
29.8. Cláusula Penal e Obrigação Indivisível	378
29.9. Cláusula Penal e Obrigação Divisível	378
29.10. Inexigibilidade de Prejuízo	378
29.11. Direito Comparado	379
Capítulo 30 – Das Arras ou Sinal	380
30.1. Conceito	380
30.2. Natureza Jurídica	380
30.3. Espécies	381
30.4. Perdimento das Arras	381
30.5. Indenização Suplementar	382
30.6. Arras Penitenciais. Função Indenizatória	382
30.7. Direito Comparado	383
30.8. Jurisprudência	384
Referências Bibliográficas	387